



Ambiente & Sociedade

ISSN: 1414-753X

revista@nepam.unicamp.br

Associação Nacional de Pós-Graduação e
Pesquisa em Ambiente e Sociedade
Brasil

Costa Ferreira, Lúcia da

Conflitos sociais contemporâneos: considerações sobre o ambientalismo brasileiro

Ambiente & Sociedade, núm. 5, 1999, pp. 35-54

Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade

Campinas, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=31713413004>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

CONFLITOS SOCIAIS CONTEMPORÂNEOS: CONSIDERAÇÕES SOBRE O AMBIENTALISMO BRASILEIRO

LÚCIA DA COSTA FERREIRA*

APRESENTAÇÃO

Há na literatura internacional uma diferença de ênfase quanto aos focos de causalidade na abordagem dos movimentos sociais ou da ação coletiva, principalmente naquela que trata do ambientalismo (CALDWELL, 1984, PAEHLKE, 1989; ECKERSLEY, 1992; MILTON, 1995; Mc CORMICK, 1992, 1995). Para os sociólogos e antropólogos, a ênfase recai sobre as mudanças culturais ou sociais provocadas no tecido social ou nas orientações que organizam a ação. Já os cientistas políticos centram sua atenção nas características das instituições políticas, ou em sua capacidade organizativa.

Do ponto de vista das categorias explicativas preferenciais, há basicamente duas opções, cabendo à grande variedade de abordagens o papel de variações sobre os mesmos temas. De um lado, a linha estruturalista compreende o desenvolvimento de ações coletivas ou movimentos sociais como resultado de mudanças sociais e econômicas nas formações sociais contemporâneas. De outro, a tradição culturalista compreende-os como resultado de alterações culturais e mudanças de valores. Nessa linha estão aqueles autores preocupados com novos estilos de vida baseados em valores não materiais, possíveis graças à satisfação das necessidades básicas em sociedades pós-industriais.

Entretanto, a questão chave que preocupa a todos os autores e é compartilhada aqui, diz respeito à tensão entre crise e mudança social, que tem mobilizado uma fatia considerável das Ciências Sociais desde a Modernidade incipiente, mas que se recoloca desta feita para o Ambientalismo dos anos de 1990, na medida em que este se viu obrigado a enfrentar um redirecionamento das instituições estabelecidas, sejam elas nacionais ou supranacionais, no sentido da descentralização das decisões e popularização do processo de formulação de políticas públicas, que expressaram em período recente uma orientação genérica a um futuro viável.

Em paralelo, o fortalecimento do fenômeno Organizações Não Governamentais (ONGs) aponta algumas fragilidades das teorias sobre movimentos sociais, especialmente no que se refere à compreensão do ambientalismo atual, seja do

seu ponto de vista constitutivo, seja do ponto de vista do papel social que as teorias desempenham na contemporaneidade. Sobre essa crítica a teóricos como Alain Touraine, Clauss Offe e Jürgen Habermas, Mathias Finger (1996) afirma que as teorias por eles desenvolvidas são inadequadas para compreender o papel das ONGs, porque partem de um conceito tradicional de política, referindo-se à modernidade e à modernização, ou seja, à questão da racionalidade e do alinhamento que conferem sentido a ambos os processos que impulsionaram o crescente desenvolvimento industrial do início do século¹. Os movimentos sociais, para os teóricos citados, teriam como característica principal integrar o conjunto de cidadãos e a sociedade como um todo ao ideal moderno, através de um tipo de ação social dirigida ao sistema político, compreendido como o ponto de referência de todas essas teorias. Em última instância, Mathias Finger (1996) se pergunta se as ONGs atuais não seriam uma expressão das mudanças sociais e políticas contemporâneas, emergindo em um contexto de erosão das políticas tradicionais, correspondentes à fragmentação dos ideais coletivos, do poder e do próprio projeto da modernidade.

De fato, para o caso da questão ambiental, depois da Conferência do Rio e reafirmada cinco anos depois, a opção pela democracia desviou-se das ruas e ganhou o espaço oficial. Sem sombra de dúvida esse processo representou uma oportunidade ímpar às propostas de sustentabilidade, mas não representaria também uma falência generalizada da capacidade institucional do Estado nacional em formular e executar políticas públicas? Ou ainda, será que não representaria, diante da falência do seu papel original, uma busca esquizofrênica por ocupar um papel conquistado por atores sociais autônomos, marginais ao arcabouço institucional?

É curioso notar a quantidade de eventos patrocinados pelo próprio ambientalismo, cujo objetivo central é a autoavaliação, seja ela de um período específico, seja do processo de constituição do “movimento” como um todo (FUNDAÇÃO FRANCISCO, 1995; ISA, 1997). A grande motivação desta conduta pode ser resumida em uma preocupação em avaliar suas origens, características, seu desempenho e o rumo tomado. Mas ao que parece, essa motivação não é casual e nem demonstra falta de fôlego de lideranças, militantes e filiados, ou qualquer indício de derrota de suas propostas.

Em contrapartida, seria conveniente aceitar aqui essa hipótese de “crise” do ambientalismo, simplesmente porque esta é uma hipótese boa de se pensar. Através dela pode-se trabalhar questões fundamentais, já que remete à sua essência reflexiva e francamente orientada a mudanças e inovações. Sendo assim, propõe-se pensar esta hipótese, a suposta crise do ambientalismo, através de alguns pares de opostos geralmente trabalhados pela teoria da ação social: movimento social e grupo de pressão, particularidade e universalidade, atores sociais e sistema, atores sociais e agentes políticos, para que se possa ressaltar as especificidades de cada uma das categorias de sujeitos englobadas na categoria mais ampla de ambientalismo, além do impacto provocado interna e externamente pelo alargamento do diálogo com movimentos sociais diferenciados em período recente. Esses pares de opostos talvez sejam úteis para se pensar a envergadura da tarefa que os ambientalistas impuseram-se, a partir do momento

em que surgiram a público redefinidos pelo perfil de ONG, tentando ao mesmo tempo manter a antiga promessa da universalidade: universalidade na ação e universalidade nos propósitos.

Esse ensaio visa atacar essas questões para compreender o ambientalismo contemporâneo, em especial o brasileiro, através de algumas pistas fornecidas pela literatura brasileira e internacional sobre ambientalismo, movimentos sociais e organizações não-governamentais, além de algumas reflexões resultantes de observação direta do cotidiano de ambientalistas desde a fase preparatória da Rio-92.

A SUPOSTA CRISE DO AMBIENTALISMO

Nos anos de 1970 e início dos de 1980, quando o ambientalismo emergia com as características reconhecidas nele hoje, a literatura especializada em movimentos sociais caracterizava-o como um novo movimento social (HABERMAS, 1981; EVERS, 1984; TOURAINE, 1985; OFFE, 1985; ANTUNIASI, 1989). Isso se deu justamente pelo fato de que, emergindo no seio das classes médias intelectualizadas dos grandes centros urbanos, parecia a todos que, tal qual os movimentos estudantil, de minorias étnicas, de gênero, ou de liberação de costumes, o objetivo central do ambientalismo seria muito mais a aceitação das suas idéias e da sua identidade enquanto grupo social diferenciado do que a transformação da sociedade como um todo; seria muito mais o seu reconhecimento enquanto uma especificidade por parte de outras categorias de sujeitos do que a proposta de transformação desses sujeitos segundo seus parâmetros e propósitos. Mas o ambientalismo surpreendeu a todos, ou a si mesmo, quando começou a esboçar intenções mais amplas de se constituir como um ator que ultrapassava as classes médias para dialogar com outros segmentos sociais e, também, quando ultrapassou suas próprias idéias estabelecidas inicialmente na oposição genérica a uma sociedade predatória e imediatista, para esboçar algo que parecia constituir-se como um novo projeto de sociedade.

Nesse momento, alguns autores reconheceram ali um possível movimento social, portador de um projeto histórico-social de transformação da sociedade como um todo. Vale a pena mencionar a reflexão fundamental de Eduardo Viola (1987), bastante impactado por autores como Galthung (1984), que frisava sua dimensão multissetorial e Robin Eckersley (1992), autora cuja contribuição maior foi definir o pensamento ecopolítico como um esboço de ideologia que organizaria as forças sociais rumo à historicidade acalentada pela nova esquerda. Nesse e em vários outros artigos solo e em parceria com Sérgio Boeira (1990) e Héctor Leis (1991, 1992) o autor traçou um perfil de um movimento social histórico, portador de um projeto de mudança universalizante, com fôlego para articular setores sociais díspares provenientes de agências governamentais, do mundo acadêmico, de empresas, de organizações não governamentais e de movimentos comunitários. A identidade que os integrava era a orientação à sustentabilidade ou ao desenvolvimento sustentável.

O que de fato se buscava ressaltar no ambientalismo definindo-o como movimento social era sua potencialidade como forma de mobilização coletiva capaz de

reinventar a sociedade e a vida política. Tendo em vista que nem todas as formas de ação coletiva podem ser consideradas demandas sociais à procura de uma oferta política passível de ser encontrada mais cedo ou mais tarde, nem tampouco são sinais de uma recusa global à sociedade (Touraine, 1989), o conceito de movimento social parecia aos analistas do ambientalismo de grande valia porque indicava o lugar onde tendem a formar-se os conflitos com fôlego suficiente para a aglutinação de diferentes interesses, expectativas e valores, onde a capacidade de homens e mulheres para fazerem a sua história atingiria o grau mais elevado e refinado.

A lembrança dos três elementos constitutivos de um movimento social, a definição do próprio ator, de seu adversário e do campo de disputa onde se desenrolaria o conflito proposto (TOURAINÉ, 1989), marcou a análise dos teóricos, mas impactou também as grandes lideranças nacionais que reconheceram em sua ação elementos de uma legitimidade inesperada.

Ocorreu que, a partir do final dos anos de 1980 e início dos anos de 1990, a literatura especializada na compreensão da ação ambientalista, apesar das inovações empreendidas, não ficou impune aos problemas de fundo colocados pelas limitações da própria teoria dos movimentos sociais e que agora, depois de anos de produção intensa, pode ser amplamente questionada. Ambos, teóricos e lideranças ambientalistas, estiveram quase sempre impregnados pelas referências teóricas do modelo clássico de interpretação histórica das transformações sociais.

Herdeiros indiretos dos intelectuais cuja produção centrou-se nas lutas sociais da sociedade industrial, criador e criatura – analistas e objetos de análise – influenciaram-se mutuamente na construção de uma concepção instrumental desse fenômeno contemporâneo conhecido como ambientalismo. Seja ele compreendido como movimento social, agregado ou não ao adjetivo *novo*, ou como grupo de pressão, seja ele compreendido como ideologia, pensamento social e político, ética ou discurso, de uma certa forma o quadro de referência do debate sempre estabeleceu-se em torno de suas possibilidades como meio eficaz para atingir uma orientação a um tipo de futuro verdadeiramente viável. Essa característica foi reproduzida através da leitura atenta dos mais influentes quadros teóricos de referência utilizados pelos cientistas sociais preocupados com os movimentos sociais, sejam eles revolucionários ou não radicais.

No que diz respeito aos teóricos contemporâneos de movimentos sociais, pode-se dizer, juntamente com Alexander (1998:07), que eles “secularizaram o modelo clássico, despojando-o da teleologia revolucionária e conservando sua teoria explicativa firmemente racional, distributiva e materialista”. Quer se inspirassem em Marx, Weber, ou nos autores da teoria do conflito, quer fossem influenciados pelos teóricos da escolha racional, individual ou coletiva, “os mais importantes sociólogos das duas últimas décadas interpretaram os movimentos sociais como respostas práticas e coerentes à distribuição desigual das privações sociais criadas pela mudança institucional” (ALEXANDER, 1998:07). Pensava-se que fatores como estratégias, tipos de organização interna, disponibilidade e capacidade de mobilização de recursos pudessem proporcionar à ação social meios confiáveis e eficazes para atingir o êxito².

Segundo Alexander (1998) “a hegemonia da secularização sociológica do modelo clássico” de análise dos movimentos sociais é de tal envergadura que influencia até as abordagens culturalistas surgidas nos últimos anos. Embora aparentando oferecer uma alternativa à substantivação da escolha racional, “esses trabalhos resultaram no efeito contrário de deslocar os aspectos simbólicos e utópicos, colocando em seu lugar uma exagerada ênfase nos aspectos práticos”, chegando até a sugerir recentemente que os novos movimentos sociais orientam-se preferencialmente por inovações culturais porque estas são menos dispendiosas e de êxito mais garantido do que por tentativas de modificar os arranjos institucionais que ordenam a vida social (ALEXANDER, 1998:09). Com a pulverização atual do poder e a alta complexidade do sistema político contemporâneo, que exigem recursos de poder e influência muito acima da média dos movimentos sociais, este modelo explicativo instrumental, que pode ser expresso na imagem genérica “é mais eficiente reformular o mundo pela redefinição de seus termos do que pelo rearranjo de suas sanções” (SWIDLER, 1996:06 apud ALEXANDER, 1998), pareceu bastante sedutor a teóricos e lideranças políticas.

Já a linha de pesquisa dos novos movimentos sociais traçou uma perspectiva que levou em conta a contingência e a subjetividade dos atores, revelando uma forte sensibilidade também para os aspectos históricos e institucionais. Ao reconhecer a centralidade da subjetividade nos movimentos sociais contemporâneos, esses analistas ultrapassaram o modelo clássico, materialista e realista, sem contudo desvincular-se de um olhar atento às mudanças decorrentes da passagem de uma sociedade industrial para outra pós-industrial. Acreditaram que a centralidade das necessidades materiais anteriores tivessem sido deslocadas nos novos movimentos sociais por uma orientação voltada para os significados e identidades. Para esses autores (HABERMAS, 1981; TOURAINE, 1985; OFFE, 1985; MERLUCCI, 1989), nas décadas de 1960 e 1970 surgiu uma nova forma de dominação, pois os centros de controle e manipulação penetraram a vida cotidiana, colonizando de modo sem precedentes o campo de relações intersubjetivas e, em um mesmo movimento, desnudando a urgência de se deslocar a ação coletiva, orientando-a à defesa das identidades pessoais e coletivas, da manutenção e reprodução subjetiva ou de grupos, e da vida de um modo geral. O ambientalismo, que por princípio tentou atuar no plano político, mas também no privado, pareceu ser o herdeiro desta contemporaneidade bipartida e colonizada resultante de uma ordem simbólica totalizadora.

De qualquer modo, a teoria sobre novos movimentos sociais legitimou a tensão permanente entre o modelo clássico de movimentos sociais e a constatação empírica de tendências inevitáveis da vida social contemporânea, permitindo manter intacta sua grade conceitual, alterando apenas seus referenciais empíricos. Alain Touraine, primeiro teórico a problematizar a concepção clássica de mudança social, apontou para a predominância dos atores sobre os sistemas, autodenominando-se um “teórico da ação”. Sua profunda imersão nas mentalidades e nos movimentos da década de 1960 propiciou uma compreensão mais demorada da contingência e reflexividade destes modos de ação, bem como uma interpretação mais coletiva e orientada para a

sociedade. Nessa interpretação, a sociedade pós-industrial é compreendida como criativa e expressiva, além de orientada para uma ordem simbólica totalizadora (ALEXANDER, 1998). Na verdade, Touraine esteve o tempo todo em busca de uma mudança social radical e apenas pensou encontrar o sentido para essa radicalidade em uma orientação alternativa à anterior, compreendida como material e agora, segundo sua perspectiva, voltada à ordem normativa que rege a sociedade atual.

A consequência mais imediata dessa mudança de rumo analítico é sua crítica à abordagem estratégica característica do modelo clássico, que reduziria as análises da sociedade a meras análises das relações de poder, desvinculadas de uma compreensão mais ampla do sistema social. Essa ordem coletiva, parcialmente autônoma ao sistema político e à lógica estratégica que lhe confere sentido, é denominada por Touraine (1981) sistema cultural. Para ele, uma situação social também se baseia na cultura, ou seja, na construção coletiva de normas que influenciam as relações de um dado grupo social com outros que lhe são concernentes: ao invés de representarem a ideologia do dominador, definem de fato um campo social e “os atores históricos são determinados tanto pelo campo da cultura quanto pelo conflito social” (TOURAINÉ, 1977:66).

Nessa linha, a sociedade capitalista é caracterizada muito mais como um modo de integração social do que um modo de produção e de alocação de recursos e as lutas pela hegemonia ideológica caracterizam tanto os conflitos pela mudança social quanto as lutas pelo poder e pelo dinheiro (ALEXANDER, 1998). Isso significa que, muito antes do advento da sociedade pós-industrial, os movimentos sociais eram lutas que visavam a distribuição dos recursos materiais, mas eram também conflitos em torno da distribuição de recursos culturais, reivindicando o direito normativamente definido como legítimo de distribuí-los à coletividade como um todo.

Para Alain Touraine há uma relação bionívoca entre sociedade e cultura, pois ambos os sistemas são parcialmente autônomos, dando lugar a uma tensão permanente entre possibilidade e realidade, ou seja, à contingência (TOURAINÉ, 1981). Assim, Alexander (1998) tem razão em afirmar:

“(...)O que Touraine viu e que Parsons não entendeu é que a institucionalização é um processo historicamente contingente e de fim indeterminado; depende das idéias, energias e experiências culturais acumuladas – das vitórias e das derrotas dos movimentos sociais”(ALEXANDER, 1998:17).

Para a sociologia da ação de Alain Touraine, uma dada situação é o resultado instável das relações entre atores que, através de conflitos sociais e orientações culturais, produzem a sociedade (TOURAINÉ, 1981), ou seja, “um movimento social é ao mesmo tempo um conflito social e um projeto cultural”, pois visa sempre a “realização de valores culturais, ao mesmo tempo que a vitória sobre um adversário social” (TOURAINÉ, 1997: 254).

Em contrapartida, os teóricos da sociologia dos novos movimentos sociais, incluídos o próprio Touraine e também Habermas e Clauss Offe, ao tentarem compreender as mudanças possíveis na sociedade pós-moderna, procuraram atualizar o modelo de mudança revolucionária baseado no conflito de classes. Como procuravam reconhecer nos conflitos sociais contemporâneos um grupo cujos membros, por sua posição subordinada ao novo sistema de produção, tivesse fôlego para transformar uma difusa resistência à dominação em um movimento social capaz de impor uma reestruturação fundamental à sociedade como um todo, esses teóricos acabaram por conceber as lutas atuais como incompletas e parciais.

Tomando como prerrogativa da sociedade pós-industrial a mudança permanente, esses três autores, em meados da década de 1980, compreendiam as novas formas de ação como formas de autopreservação dos grupos em si mesmos. Os novos movimentos sociais não podiam ir além da defesa de identidades, uma vez que o imperativo tecnocrático da mudança permanente impedia a manutenção de qualquer tipo de estrutura também permanente. Habermas (1981), Touraine (1985) e Offe (1985), nos artigos em que estabeleceram o diálogo a três para delimitar o referencial teórico sobre Novos Movimentos Sociais, reconheceram no “ecologismo” um representante exemplar de seu objeto, reformista diga-se de passagem.

Em um mesmo movimento, uma parcela do ambientalismo brasileiro, influenciada pelo debate acadêmico e, acima de tudo, impactada pelos acontecimentos do início da década de 1990, passou a reconhecer-se como um ator social ao motivar-se a constituir-se como um grupo de conflito, portador de um projeto cultural de sociedade. Essa parcela do ambientalismo brasileiro desempenhou um papel bastante significativo, tanto por sua visibilidade pública quanto por sua influência sobre seus parceiros.

Não há como afirmar que, ao final da década de 1990, a não ser em ocasiões específicas, aqueles ambientalistas tivessem sido vitoriosos na tarefa de demarcar adversários, nem em redigir um projeto de sociedade verdadeiramente coerente. Ao que parece, infelizmente também não conseguiram consenso sobre o *design* institucional da sociedade que sonharam e apregoaram. Houve sem sombra de dúvida um esboço de tudo isso, mas as dificuldades em realizarem sua principal promessa de constituírem-se como um único ator, multissetorial é claro, através da capacidade de diálogo entre categorias diferenciadas de sujeitos, inegavelmente o princípio constitutivo da própria ação ambientalista, frustraram em muito suas próprias expectativas.

Os resultados desse diálogo foram não um, mas inúmeros projetos, pulverizados muitas vezes em soluções de contingência, inúmeras estratégias, na maior parte das vezes inconciliáveis e adversários exageradamente genéricos, cuja única expressão coletiva foram as listas dos poluidores contumazes, sejam representantes do Estado ou do empresariado. Qualquer prognóstico sobre sua eficácia como movimento social parecia piegas e simplificador.

Por isso o termo Ambientalismo acabou parecendo exageradamente genérico e sua promessa de universalidade propiciou a militantes e lideranças que

embarcassem no modelo analítico que o compreendia como um movimento multissetorial, que penetrava o Governo, a Academia, o empresariado, além de outros movimentos sociais, políticos e civis (GALTUNG, 1984; VIOLA, 1992; VIOLA & LEIS, 1992). Eternamente em crise, escravo da contingência, o ambientalismo brasileiro, tal qual outros novos movimentos sociais, padecia por uma década do sentimento inconfesso de suspeitar-se incompleto e parcial.

Chega-se hoje, ao final dos anos de 1990, com algumas características angariadas nessas mudanças de rumo, mas também com outras que são devidas às peculiaridades do momento histórico por que passava o Brasil no período constitutivo e de consolidação do ambientalismo (FERREIRA, 1996). Quanto a essas características e, principalmente, às peculiaridades da mobilização social em meados da década de 1980, não há necessidade de qualquer análise exaustiva, já que acerca disso, quase tudo já foi dito (DURHAM, 1984; MOISÉS, 1985; NUNES & JACOBI, 1985; TELLES, 1987; KRISCHKE, 1987; CITTADINO, 1988; JACOBI, 1989; NUNES, 1989). Seria interessante apenas assinalar que a etapa atual vivida pelo ambientalismo, inaugurada pela internacionalização das discussões durante a Conferência da ONU e recolocada pela avaliação da Agenda 21, impediu no longo prazo o fortalecimento dos particularismos e impôs-lhe uma ordem universal. No entanto, o ambientalismo atual carrega em si a herança do que foi em seu momento de constituição e consolidação. O ambientalismo no final dos anos de 1990, apesar da obrigatoriedade da universalidade, não poderia deixar de ser preferencialmente político e nem tampouco conseguiria abrir mão de temas que lhe foram oferecidos através do diálogo com outros atores sociais (FERREIRA, 1997). Mas o que é mais importante, a hipótese de crise, formulada pelas lideranças e militantes, apresenta inúmeras outras facetas. Investigá-las, mesmo que rapidamente, ajuda a compreender o ambientalismo no Brasil, mas ajuda também a compreender o lugar onde se escondem suas verdadeiras mudanças e vitórias.

Assim, antes de analisar as atuais mudanças e vitórias, vale mencionar ainda um par de opostos que talvez seja útil para refletir uma outra possível dimensão da crise do ambientalismo: ator social e agente político (FERREIRA, 1997). O que está em jogo nessa oposição é a questão da representatividade dos agentes políticos, perante interesses, aspirações e projetos que os diversos atores têm sobre a vida social (Touraine, 1996). Para que exista representatividade é preciso que existam algumas condições. Em primeiro lugar, deve haver forte agregação das demandas provenientes de indivíduos e grupos bastante diferenciados na vida social. O máximo da representatividade só seria possível se houvesse total correspondência entre as camadas sociais e a oferta política. A segunda condição pressupõe a capacidade de organização autônoma das diversas categorias que compõem a vida social. A vida social e a constituição de atores é portanto anterior à própria constituição da vida política e dos agentes que lhe conferem sentido. Os elos entre a vida social e política não são por sua vez diretos, mas passam por mediadores que orientam as escolhas políticas e contribuem para formar a oferta política em inúmeros setores da vida social (TOURAINE, 1996).

Sob essa ótica, o ambientalismo não padeceria apenas de uma crise de identidade, por constituir-se como um movimento multisetorial que congrega inúmeras tendências e propostas. A crise apareceria também como resultado de um momento específico, cuja característica principal é a pluralidade dos papéis sociais desempenhados por ambientalistas, independentemente de sua filiação (FERREIRA, 1997). Da constituição paulatina do ambientalismo como ator, cuja tarefa principal era ser portador da capacidade organizativa no interior da vida social, este foi atirado a outros dois papéis simultâneos: agentes políticos e mediadores entre a vida social e política. Esse aumento na demanda por um desempenho adequado da representatividade em sua atuação no sistema político, não foi acompanhado do tempo necessário para restabelecer o fôlego daqueles que integravam papéis de militantes e lideranças, *governments* e deputados/vereadores, dentre outros. Essa dificuldade nunca chegou a ser resolvida, mesmo porque nos anos de 1990 lideranças e militantes de um modo geral tiveram que se desdobrar frente a pressões internas e internacionais para reformularem sua organização interna e ação.

Por essa ocasião, a franca visibilidade das dimensões da crise ambiental global, aliada a um alargamento sem precedentes da popularização da ação ambientalista junto à opinião pública de um modo geral, propiciou inclusive, que autores importantes redefiniram sua avaliação do movimento. Alain Touraine, por exemplo, que na década anterior interpretava-o como um novo movimento social reformista, passou a reconhecer nele um tipo de ator que elevou o conflito do plano da utilização social dos recursos e valores culturais para o plano das orientações culturais em si mesmas. Segundo ele (TOURAINÉ, 1996:197), para além do “capitalismo ou da burocracia, é o produtivismo que é atacado por um movimento que amplia o campo da ação democrática. É também o primeiro movimento social e cultural de alcance geral (...)”. Enfim, pergunta ele se “não teria sido a ecologia política quem conseguiu, nem que fosse de forma precária, restabelecer o elo rompido entre agentes políticos e atores sociais; quem reintroduziu no sistema político as esperanças e receios de uma sociedade ampliada às dimensões da sociedade humana?” (TOURAINÉ, 1996:197-8).

O AMBIENTALISMO COMO O OUTRO DE SI MESMO, OU OS MUITOS AMBIENTALISMOS

Essa promessa de universalidade e as dificuldades a ela inerentes foram acompanhadas pela disseminação de um novo formato de ação ambientalista, conhecido como Organizações Não Governamentais (ONGs). A denominação genérica ONGs foi criada pelas Nações Unidas em 1950 (Resolução 288 do ECOSOC) para sintetizar um conjunto muito variado e heterogêneo de organizações internacionais não oriundas de acordos governamentais e atuantes no âmbito supranacional (MENESCAL, 1995). A imprecisão do termo ONG foi tornando-se mais evidente à medida que novas organizações civis internacionais eram criadas e, sobretudo, a partir do expressivo aumento das entidades civis nacionais (GONÇALVES, 1995) .

As ONGs ambientalistas transnacionais, da forma como são compreendidas por Princen & Finger (1996: 16) são “grupos não-lucrativos com base

ou atividades em mais de um país, cuja missão principal é impedir a degradação ambiental e promover formas sustentáveis de desenvolvimento”³. Mathias Finger (1996) por sua vez, revisa as principais teorias sobre os novos movimentos sociais, com o objetivo de verificar seu potencial analítico para a compreensão do significado e dos papéis que as ONGs ambientalistas internacionais vêm desempenhando na política internacional e na esfera local. Apesar da imprecisão do termo e da relativa variação dos números, os dados de Princen & Finger (1996) são indicativos suficientes de uma revitalização do que denominam sociedades civis nacionais e de uma crescente articulação das ONGs locais com as globais e/ou das nacionais com as transnacionais, formando aquilo que genericamente denomina-se “sociedade civil global”.

Milhares de ONGs emergiram em todos os continentes; algumas delas movimentam milhões de dólares e contam com contribuições pelo mundo afora. O *European Environmental Bureau*, por exemplo, congrega 120 ONGs ambientalistas; tem 20 milhões de sócios distribuídos em 12 países europeus e dispõe de acesso à Comissão da Comunidade Européia. Na América Latina e Caribe há cerca de 6 mil ONGs e na Índia são mais de 12 mil ONGs que se ocupam com temas ligados ao desenvolvimento. Entre 1983 a 1991 a renda da *World Wildlife Found* (WWF) cresceu de 9 milhões de dólares para 53 milhões de dólares e seus membros aumentaram de 94 mil para mais de um milhão. Hoje a WWF tem 4,7 milhões de filiados em todo o mundo e dispõe de um orçamento anual de 293 milhões de dólares. No período entre 1985 a 1990, o Greenpeace aumentou o número de seus membros de 1.4 milhões para 6,75 milhões e os rendimentos aumentaram de 24 milhões para 100 milhões de dólares. Em 1992 o *Greenpeace* tinha escritórios em 24 países. A *Friends of the Earth* começou suas atividades em 1969 em São Francisco (USA) e em 1992 já contava com 51 membros espalhados pelo mundo. O *Natural Resources Defense Council* fundada em 1972 com 6 mil membros, conta agora com 170 mil e um orçamento anual de 16 milhões de dólares (PRINCEN & FINGER, 1996: 2-3).

Diante da abrangência e características deste fenômeno, para Finger (1996), a perspectiva clássica sobre movimentos sociais e seus desdobramentos nas teorias sobre novos movimentos sociais, que têm como referência política o Estado-nação, foram desenvolvidas no contexto das democracias ocidentais. Em contrapartida, as ONGs ambientalistas transnacionais que atuam no âmbito local e global são, na maioria das vezes, independentes dos sistemas políticos nacionais. As principais teorias sobre movimentos sociais desenvolvidas ao longo dos anos de 1970 e 1980, particularmente as de Touraine, Offe, Habermas, além das teorias da mobilização de recursos e do terceiro setor, levam em consideração apenas os contextos nacionais onde os movimentos ou entidades atuam e, fundamentalmente, reduzem os atores sociais à sua dimensão política, em constante relação com o Estado. As ONGs ambientalistas transnacionais buscam soluções para os desequilíbrios gerados pelo desenvolvimento nos espaços local, regional e global, algumas vezes em colaboração com o Estado, mas em muitas outras, suas ações passam ao largo da política tradicional do Estado Nação (FINGER, 1996: 55).

Quanto à crítica de Finger (1996) à teoria do terceiro setor, ele afirma que o seu referencial de análise apresenta limites (FINGER, 1996: 58-9) que vão desde a descon sideração de fatores sociológicos importantes, como por exemplo, a institucionalização, o poder e o controle, até a não diferenciação de fatores culturais considerados por essa teoria como sendo similares e agregáveis, como por exemplo, valores, atividades e comportamentos resultantes de contextos socioculturais específicos, além do desprezo pela insustentabilidade dos modelos atuais de desenvolvimento.

Ainda segundo o mesmo autor (FINGER, 1996), o principal limite das teorias sobre movimentos sociais reside no fato de serem tipicamente modernas. Em outros termos, apostam na capacidade, no interesse e na possibilidade dos indivíduos interferirem no sistema político. Esse recorte teórico preferencialmente político e excessivamente instrumental dos movimentos sociais e da sociedade civil dificulta a compreensão da crise global que afeta a contemporaneidade e desconsidera o papel desempenhado por inúmeros atores sociais, mesmo que estes sejam independentes e distantes das instituições e dos limites geopolíticos dos Estados nacionais. As ONGs ambientalistas transnacionais só poderiam ser compreendidas, segundo Finger (1996), a partir de um novo arcabouço teórico.

Para isso, seria necessário inicialmente diagnosticar adequadamente a crise global atual (FINGER, 1996: 60-1), cujas manifestações imediatas seriam as crises do projeto moderno, do Estado Nação e a crise ecológica global, considerada visível e dramática em todas as partes do mundo, além de inigualável em suas proporções (PRINCEN & FINGER, 1996: 10).

O rompimento do “círculo vicioso” (FINGER, 1996: 62) que produz e reproduz a crise global, particularmente a crise ecológica, vai além da adoção de novas leis ambientais, acordos diplomáticos e transformações no sistema industrial. Para ele (FINGER, 1996: 64), as mudanças setoriais serão pouco eficazes se o modelo de desenvolvimento inaugurado na modernidade não for radicalmente superado. Apenas uma “mudança de perspectiva” (FINGER, 1996: 64), representada por um longo processo de aprendizado individual e coletivo, horizontal, vertical e interdisciplinar, seria capaz de propiciar uma saída para esta crise.

A crise ecológica global e a incapacidade dos agentes políticos tradicionais de responderem satisfatoriamente a ela originaram um campo político especificamente ambiental, onde as ONGs desempenham papéis preponderantes. As próprias ONGs foram fundamentais na criação desse tipo de campo, e é por meio dele que elas pressionam os governos e os substituem sempre que necessário, desenvolvem pesquisas, novos projetos e experiências, apoiam iniciativas voltadas à promoção da sustentabilidade, estreitam relações e parcerias entre os níveis local e global, além de exigirem transparência nas decisões. Seu papel principal na atualidade talvez possa ser resumido em apontar evidências de que há inúmeras possibilidades de superar a crise global atual.

Apesar da profunda diferenciação que caracteriza o universo das ONGs quanto ao tamanho, montante de recursos financeiros e humanos, quanto à ideologia, estrutura organizacional, cultura, abrangência da ação, e recursos de poder, elas

inegavelmente podem ser reconhecidas como agentes de mudança social, pois são capazes de eleger um campo de luta e mobilizar pessoas, recursos e instituições em defesa de determinada causa. Através do trabalho gradual, intenso e obstinado, milhares de ONGs vem dando respostas, mesmo que superficiais e, às vezes pouco adequadas, à crise global que afeta a época atual. O que mudou no papel que desempenham foi a noção de devir que compartilham e divulgam.

De fato, no Brasil, o ambientalismo político das décadas anteriores ressurgiu nos anos de 1990 voltado à resolução direta de problemas considerados urgentes e revestido de um *design* específico para uma atuação que poderia ser chamada de “para-institucional”, uma vez que as ONGs nacionais ou transnacionais com atuação no Brasil procuraram, nesses últimos dez anos, dividir responsabilidades com governos, universidades e centros de pesquisa. Isso se deu em parte em função de fatores como a globalização da economia, a pulverização do poder e fragmentação dos projetos utópicos e metas coletivas, mas também muito em função dos esforços globais para a definição de um pacto social pela recuperação e conservação ambientais, que começou a ser esboçado na Conferência das Nações Unidas em 1992.

As ONGs ambientalistas com atuação no território nacional têm levado a cabo inúmeros tipos de projetos (LANDIM, 1996; SPVS, 1997). Dentre eles, merecem destaque projetos de diagnóstico participativo dos recursos naturais e dos usos a que se destinam, de popularização de técnicas de agroecologia ou de manejo de espécies e sistemas, de alternativas de geração de emprego e renda para moradores de Unidades de Conservação e seu entorno, de técnicas sustentáveis de abastecimento de água para zonas semi-áridas, de mutirões para reposição florestal, além de projetos de gestão de áreas protegidas em parceria com órgãos governamentais. Todos esses projetos incluem, ainda, cursos de capacitação específicos. O público alvo preferencial destes projetos é constituído por índios, seringueiros, ribeirinhos, sertanejos, pescadores, pequenos agricultores familiares, artesãos, ex -sem terra assentados, grupos de jovens moradores de Unidades de Conservação de uso indireto, sem alternativas de emprego e renda, dentre outros.

Através dessas ações, as ONGs movimentam pessoas, recursos financeiros, conhecimentos e principalmente códigos culturais difíceis de serem avaliados em seu impacto. À medida em que encontraram soluções muitas vezes simples e baratas para problemas que pareciam insolúveis, seus recursos de poder e legitimidade aumentaram numa intensidade antes inimaginável.

O discurso político anterior de contestação e crítica social está perdendo intensidade em nome de um esforço pactuado para dar uma destinação social ao conhecimento técnico-científico interdisciplinar, visando a sustentabilidade dos sistemas naturais e melhoria de vida às coletividades pobres que deles dependem diretamente. Desse esforço participam ONGs, governos, agências multilaterais, financiadores e instituições de ensino e pesquisa (ONU, 1991; FERNANDES, 1994; DULANY, 1997).

Mathias Finger (1996) tem razão em apontar a centralidade do papel das ONGs nas mudanças sociais em curso atualmente no mundo. Funcionando como

agentes do aprendizado social (FINGER, 1996: 60-65), as ONGs ambientalistas têm contribuído para transmitir o conhecimento técnico-científico interdisciplinar a coletividades anteriormente apartadas do direito a usá-lo em seu benefício. Em um mesmo movimento, sua atuação tem propiciado a pesquisadores e estudiosos uma nova compreensão das metas populares, seus anseios, crenças e interpretações sobre o que seria um futuro viável. E mesmo sem objetivo imediato, muitas delas têm contribuído em grande medida para o delineamento de uma linguagem pactuada entre sujeitos sociais diferenciados que dê conta de uma possível inteligibilidade do mundo contemporâneo.

A reabilitação do conhecimento, seja o conhecimento popular, seja o conhecimento técnico-científico interdisciplinar, através de sua legitimidade crescente, está sendo fundada paulatinamente em justificativas de ordem moral, prática, estética ou política. A atuação das ONGs tem colocado a nu as potencialidades do conhecimento humano na busca da universalidade e, através de uma historicidade perturbadoramente obscura, quem sabe, as ONGs consigam delinear o futuro.

Infelizmente não existem ainda dados suficientes para compreender e avaliar os conteúdos dessa nova gramática social, que tenta traçar pontos de referência comuns entre atores pulverizados, níveis diferenciados de ação e múltiplos objetivos, mas já se sabe de antemão que sua atuação tem se mostrado assustadoramente eficaz nessa transmissão mútua de conhecimentos.

Há ainda uma consequência da ação atual das ONGs que merece ser ressaltada, porque talvez seja a de maior impacto para a compreensão das mudanças sociais em curso. Trata-se do diálogo intenso e do estabelecimento de acordos que visam a implementação de projetos conjuntos entre categorias extremamente diferenciadas de sujeitos: do lado das ONGs encontram-se grupos sociais oriundos das classes médias urbanas intelectualizadas, muitas vezes sem uma experiência prévia importante na vida política; do lado do público alvo preferencial dos projetos encontram-se categorias sociais apartadas da vida cidadina, algumas anteriormente mobilizadas, como é o caso por exemplo, de ex-sem terra assentados, ou ribeirinhos ligados ao movimento de seringueiros. Outros estão penetrando o sistema político graças à presença de seus novos parceiros urbanos, como é o caso de pescadores, roceiros e extratores que habitam a faixa litorânea da Mata Atlântica (FERREIRA, 1999).

De qualquer modo, essa relação dialógica, nem sempre eficaz e prolongada e muitas vezes apenas voluntarista, provoca inevitavelmente uma situação de aprendizagem social intensa e de grande impacto para ambos os pólos da relação (FINGER, 1996). Nela, há uma troca sem precedentes de códigos culturais amplamente diferenciados, mas também uma troca de sonhos, expectativas, crenças, valores, modos de fazer e interpretar o próprio feito, também bastante heterogêneos (MILTON, 1994).

O OUTRO DO AMBIENTALISMO, OU DE COMO ENSAIAR CONCLUSÕES

Vale mencionar em primeiro lugar que, para que o ambientalismo brasileiro seja reconhecido como tal, seria necessário compreendê-lo como fruto contingente

de uma tensão permanente entre a realidade das peculiaridades dos vários segmentos que o compõem e sua promessa de universalidade, entre sua vocação para a contemporaneidade e a concretude da democracia e do bem estar social no país. Assim, apesar de sua intenção verbalizada em diferenciar-se de outros modos de ação, o ambientalismo emergente no país foi se constituindo na convivência, para além de sua agenda própria, na ausência de espaços de reconhecimento e de vínculos propriamente civis, traduzidos pela dificuldade de formular os dramas públicos e privados na linguagem dos direitos (TELLES, 1994). Sua herança imediata foram, tal qual para outras formas de mobilização, códigos morais que disputavam a gramática da legitimidade reconhecida no diálogo tradicional com o Estado. Se seus parceiros inter e transnacionais direcionavam suas estratégias para um total reordenamento do sistema político, o ambientalismo brasileiro teve de conviver com o paradoxo de sua dupla inserção.

Se por um lado, especialmente a partir dos anos de 1990, as ONGs ambientalistas contaram com os recursos de poder disponibilizados pela mundialização de suas lutas e globalização dos financiamentos a seus projetos, por outro, a herança política e cultural deixada ao ambientalismo aprofundou dilemas e dificultou sua atuação política. Curiosamente, foi essa herança que retirou militantes do diálogo autocentrado para acenar-lhes com a possibilidade de tentar, pelo menos em tese, concretizar a meta mais audaciosa esboçada por seus teóricos mais caros: sua constituição como projeto cultural de sociedade, com ares de universalidade. Curiosamente também, foi exatamente esta tarefa estabelecida nos anos de 1990, graças principalmente à universalidade imposta pelo diálogo iniciado por ocasião da Rio 92 com outros movimentos sociais e com parceiros internacionais, que propiciou a aproximação de suas tendências internas, sejam elas culturalistas, sejam grupos de pressão ou militantes⁴. Essa aproximação evidentemente provocou inicialmente uma reação esperada de fortalecimento de identidades e divergências⁵. O inesperado foi a incorporação de códigos diferenciadamente estabelecidos e anteriormente circunscritos a tendências específicas.

Ainda é prematuro estabelecer julgamentos sobre o fôlego dessa miscigenação de propósitos e ações, mas é difícil hoje imaginar uma organização militante que desconsidere a importância de reformulação radical em códigos e valores individuais e privados para a constituição de uma nova sociedade. É difícil ainda apostar que, hoje, esses ambientalistas acreditem apenas em estratégias que se restrinjam ao espaço público, do jogo político nacional. Em contrapartida, são raros os grupos de filiação culturalista que abdicam da atuação centrada no diálogo com o Estado, de modo a criar canais de participação política. Os grupos de pressão, por sua vez, incorporaram códigos de uma gramática estabelecida ideologicamente e compactuaram da necessidade de se estabelecer parcerias com outras formas de mobilização social. A política de resultados perdeu repentinamente legitimidade, enquanto estratégia de intervenção política única, para reaparecer como uma possibilidade a mais de forçar a expansão de uma cidadania verde em um universo predatório, perverso e imediatista.

Quanto à possibilidade de um projeto cultural pactuado, vale uma referência à forte influência que o ambientalismo como um todo sofreu das tradições anarquista e socialista, porque isso lhe rendeu, na década de 1980, a tendência a incorporar em sua agenda, pelo menos em tese, reivindicações próximas dos interesses tradicionais do universo mobilizatório brasileiro. Hoje o conteúdo predominante das propostas das ONGs ambientalistas visa integrar em seus projetos a manutenção dos ecossistemas nacionais à necessidade mais ampla e universal de manutenção da biosfera como um todo e da vida de um modo geral, o que pressupõe o bem estar das coletividades que vivem e se assentam em seus domínios. Talvez por enfrentar na década de 1980 eventos dramáticos de degradação ambiental, como Cubatão, em São Paulo, Criciúma em Santa Catarina, Goiânia em Goiás, Rondônia, dentre tantos outros, o ambientalismo brasileiro tenha, de início, se orientado preferencialmente pela motivação coletiva de transformar uma difusa resistência ao nacional desenvolvimentismo em movimento social capaz de impor uma reestruturação da sociedade brasileira como um todo.

No caso da politização da degradação ambiental e social no município de Cubatão, SP, apontava-se para uma experiência emblemática do país, que poderia ser caracterizada como anômica em sua relação com a natureza. Naquela ocasião, o papel predominante do ambientalismo foi fornecer códigos e valores construídos na alteridade em relação ao acordo nacional anterior, responsável pelo drama cotidiano de homens e mulheres ligados direta ou indiretamente ao polo industrial. Acordo este que ultrapassava classes ou interesses setoriais e apontava para a supremacia do desenvolvimento do sistema produtivo sobre o bem estar social, bem como sobre a qualidade dos sistemas naturais. A presença dos ambientalistas ali tornava visível a inexistência de normas ou regras que organizassem a predação generalizada. Cubatão, através de seu olhar, reaparecia de modo exemplar e com uma carga de dramaticidade ímpar, de modo a desvendar o fato de que a cultura nacional, tão impregnada pelo drama da pobreza e do desenvolvimento, não conseguira até então nominar o nexo doloroso entre ambos com a natureza (FERREIRA, 1993).

Militantes, grupos de pressão e tendências culturalistas, em conjunto com alguns grupos predominantes no interior da burocracia governamental decodificaram a cultura desenvolvimentista de um modo geral como o adversário fundamental à manutenção dos ecossistemas nacionais e da biosfera como um todo. A grande maioria desses grupos reivindicou naquela época, mesmo que através de repertórios diferenciados, o papel social de desvendar o conteúdo ideológico que sustentava aquele estranho pacto entre a tecnoburocracia, industriais, operariado e representantes do Estado, integrados em torno de um campo definido pelo conflito social e pela cultura, graças à promessa de uma sempre crescente e ilimitada produtividade do trabalho e de domínio também crescente sobre a natureza que, somados, resguardariam o direito individual ilimitado ao bem estar social.

Hoje, os ambientalistas que atuam em ONGs substituíram essa pretensão universalizante por uma pretensão preferencial de transformar as difusas resistências à crise ambiental em motivação para atuar em projetos específicos, instrumentais até,

para promover mudanças de ordem prática e imediata. Sem se preocuparem com escatologias, expressam através de suas ações uma dupla vontade: de um lado, a vontade de realização imediata de valores culturais ambientalistas e, de outro, a de orientarem desde já a vida social em direção a um tipo de futuro viável. Contam a seu favor com um fator perverso das sociedades pós-industriais, que é sua incapacidade estrutural para absorver jovens aptos a penetrar no mercado de trabalho. As ONGs representam hoje uma alternativa real de absorção de mão de obra altamente qualificada e criativa (FERREIRA, 2000).

De resto, pode-se dizer que a grande vitória das ONGs foi a delimitação definitiva de um campo especificamente ambiental, tensionado por embates e tentativas de diálogo entre grupos sociais que expressavam interesses, interpretações e projetos altamente diferenciados. Sem apresentar qualquer tipo de identidade nas motivações e propósitos, que justificasse compreendê-los como um coletivo específico, o que os unificou foi uma orientação pela busca de um futuro viável.

A crise ecológica global, a incapacidade dos agentes políticos tradicionais de responderem a ela, as lutas travadas em outros tempos para enfrentar a devastação ambiental no país originaram esse campo especificamente ambiental e nele as ONGs ambientalistas desempenham papel preponderante. A ação cotidiana dessas ONGs foi peça chave em sua delimitação e não sua promessa de universalidade. Pressionando governos e mesmo substituindo-os em diversas tarefas quando necessário, desenvolvendo pesquisas, projetos de apoio a iniciativas populares de promoção da sustentabilidade, as ONGs estreitam relações e parcerias entre os níveis local e global em um campo que Kay Milton (1996a, 1996b) chama de campo de comunicação, delimitado pelo discurso.

As ciências sociais utilizaram o termo discurso, assim como cultura, simultaneamente, no sentido de processo e substância. Assim, o discurso ambiental não representa apenas o discurso sobre o ambiente, mas também o processo social através do qual ele é construído e transmitido. Touraine e Habermas, por exemplo, além de Giddens, preocupados com a ação social, entendem a cultura como processo, através do qual a ação é constituída e transformada, através da comunicação. Nesse sentido processual, os conceitos de cultura e discurso são muito semelhantes⁶. Todavia, Milton (1996a, 1996b) frisa que, o que está se globalizando é o discurso, não a cultura. O ambientalismo, segundo sua proposta, é um discurso transcultural que perpassa diferentes categorias de sujeitos, sem contudo abolir diferenças culturais, já que é incorporado de maneira diferenciada por sujeitos também diferenciados.

Para compreender as mudanças sociais de fato empreendidas pelas ONGs contemporâneas, convém observar sua orientação para colocar em um mesmo campo de relações de aprendizado, categorias de sujeitos tão diferenciadas quanto as abordadas aqui. Seria necessário também imaginá-las expressando e comunicando um discurso transcultural organizado em torno de responsabilidades pactuadas sobre a sustentabilidade ambiental. Visto desse modo, como expressões culturais diferenciadas, é fácil compreender como e porque as novas responsabilidades ambientais são mais aceitas em determinados contextos que em outros e como e porque diferentes expressões

culturais do ambientalismo podem ser adotadas por diferentes grupos, a ponto de um dia militantes, lideranças e simpatizantes terem esperado encontrar ali a manifestação de um movimento social.

BIBLIOGRAFIA

- ALEXANDER, J. "Ação coletiva, cultura e sociedade civil: secularização, atualização, inversão, revisão e deslocamento do modelo clássico dos movimentos sociais". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. 13(37):5-31. São Paulo. 1998.
- ANTUNIASSI, M. et al. *O movimento ambientalista em São Paulo: análise sociológica de de um movimento social urbano*. Textos CERU. No. 2. São Paulo, 1989.
- CALDWELL, L. **International environmental policy**. Duke University Press, 1984.
- CITTADINO, G. "Movimentos sociais urbanos. Crise da política e democratização". *Ciências Sociais Hoje.*, São Paulo, Vértice, 1988.
- CRESPO, S. **Verdes que amadurecem: os desafios da especialização e da profissionalização das organizações e militantes no Brasil**. Museu de Astronomia e Ciências Afins. Notas técnico-científicas, 1995.
- DULANY, P. "Tendências emergentes em parcerias intersetoriais: processos e mecanismos para colaboração" in IOSCHPE, E. et al. **Terceiro Setor: desenvolvimento social sustentado**. Paz e Terra. Rio de Janeiro. 1997.
- DURHAM, E. "Movimentos sociais: a construção da cidadania". *Novos Estudos*. CEBRAP. Ática. no. 10. São Paulo, 1984.
- EVERS, T. "A face oculta dos novos movimentos sociais". *Novos Estudos*. Cebrap. 2(4). São Paulo, 1984.
- FERNANDES, R.C. **Privado porém público: o terceiro setor na América Latina**. Relume-Dumará. Rio de Janeiro. 1994.
- FERREIRA, L.C. **Os fantasmas do vale: a questão ambiental e a cidadania**. Campinas Editora da Unicamp, 1993.
- _____. "Os ambientalistas, os direitos sociais e o universo da cidadania" in FERREIRA & VIOLA. **Incertezas de sustentabilidade na globalização**. Campinas, Ed. Unicamp., 1996.
- _____. 1997. "Confronto e legitimação: o ambientalismo brasileiro nos anos de 1990" in ISA. **Ambientalismo no Brasil: passado, presente e futuro**. São Paulo, SMA/ISA, 1997.
- _____. *Debates Socioambientais*. CEDEC. Ano 5, no. 13, 1999.
- _____. "A importância da interdisciplinaridade para a sociedade" in **A interdisciplinaridade na formulação e desenvolvimento de projetos em Ciência e Tecnologia**. MCT/PADCT-CIAMB, 2000.
- FUNDAÇÃO FRANCISCO. **Desafios e perspectivas do movimento ambientalista no Brasil**. Novib/Holanda e Damien Foundation/Usa. Brasília, 1995.
- FINGER, M. "NGOs and transformation: beyond social movement theory". in: PRINCEN & FINGER. **Environmental NGOs in world politics**. Routledge. London, 1996.

- ECKERSLEY, R. **Environmentalism and political theory**. New York, UCL Press., 1992.
- GALTUNG, J. "Los azules y los rojos, los verdes y los pardos: una evolución de movimientos políticos alternativos". Boletim de Ciências Sociais. FLP/ UFSC, no. 34., 1984.
- GONÇALVES, H. S. (org.). **Organizações Não Governamentais: solução ou problema?**. São Paulo, Ed. Estação Liberdade, 1995.
- GONÇALVES, H. S. "O Estado diante das Organizações Não Governamentais" in: GONÇALVES, H. S. (org.). **Organizações Não Governamentais: solução ou problema?**. São Paulo, Ed. Estação Liberdade, 1995.
- HABERMAS, H. "New social movements". *Telos*. 49:33-7, 1981.
- HERCULANO, S. C. *O Campo do Ecologismo no Brasil: entre o heroísmo e a cidadania*. XIX Encontro anual da ANPOCS, 1995,.
- HOGAN, D. & FREIRE, P. (orgs.) **Dilemas socioambientais e desenvolvimento sustentável**. Campinas, Ed. Unicamp, 1992.
- ISA. **Ambientalismo no Brasil: passado, presente e futuro**. São Paulo, SMA/ISA., 1997.
- JACOBI, P. **Movimentos sociais e políticas públicas**. São Paulo, Cortez, 1989.
- KRISCHKE, P.J. "Movimentos sociais e transição política: Contribuições da democracia de base" in: SCHERER-WARREN, I. & KRISCHKE, P.J. **Uma revolução no cotidiano? Os novos movimentos sociais na América do Sul**. São Paulo, Brasiliense, 1987.
- LANDIM, L., COTRIM, L.L. **ONGs: um perfil. Cadastro das Filiadas à Associação Brasileira de ONGs**. ABONG/ISER. São Paulo. 1996.
- LEIS, H. (org). **Ecologia e política mundial**. Vozes/Fase/Airi. Rio de Janeiro, 1990.
- _____. **O labirinto: ensaios sobre ambientalismo e globalização**. Ed. da FURB/Gaia. São Paulo, 1996.
- _____. & D'AMATO. "Para uma teoria das práticas do ambientalismo" in LEIS, H. **O labirinto: ensaios sobre ambientalismo e globalização**. Ed. da FURB/Gaia. São Paulo, 1996.
- _____. **A modernidade insustentável: as críticas do ambientalismo à sociedade contemporânea**. São Paulo, Ed. Vozes, 1999.
- MACCARTHY, J.D. & ZALD, M.N. "Resource mobilization and social movements: a partial theory". *American Journal of Sociology*. 82(6): 1212-1241, 1977.
- Mc COMICK, J. **Rumo ao paraíso: a história do movimento ambientalista**. Rio de Janeiro, Ed. Relume-Dumará, 1992.
- _____. **The global environmental movement**. John & Sons Inc. England, 1995.
- MELUCCI, A. "Social movements and the democratization of everyday life" in KEANE, J. (ed.). *Civil society and the state*, .London, Verso, 1989.

- MENESCAL, A.K. "História e gênese das Organizações Não Governamentais" in GONÇALVES, H. S. (org.). **Organizações Não Governamentais: solução ou problema?**. São Paulo, Ed. Estação Liberdade, 1995.
- MILTON, K. **Environmentalism and cultural theory: exploring the role of anthropology in environmental discourse**. Routledge. London and New York, 1996.
- MOISÉS, J.A.. **Cidade, povo e poder**. São Paulo, Paz e Terra, 1985.
- NUNES, E. & JACOBI, P. "Movimentos populares urbanos, poder local e conquista da democracia" in: MOISÉS, J.A.. **Cidade, povo e poder**. São Paulo, Paz e Terra, 1985.
- _____. "Carências urbanas, reivindicações sociais e valores democráticos". Lua Nova. no. 17. São Paulo, CEDEC, 1989.
- ONU. "I Encontro Internacional de ONGs e Agências do Sistema da ONU: desenvolvimento, cooperação internacional e ONGs". **Relatório Final**. Rio de Janeiro. 1991.
- OFFE, C. "New social movements: challenging the boundaries of institutional politics". *Social Research*. 52(4):817-68, 1985.
- PAEHLKE, R.C. **Environmentalism and the future of progressive politics**. New Haven, Yale University Press, 1989.
- PRINCEN, T. *et al.* "Nongovernmental organization in world environmental politics". *International Environmental Affairs*. 7(1), 1995.
- _____. & FINGER. **Environmental NGOs in world politics**. London, Routledge, 1996.
- SCHERER-WARREN, I. & KRISCHKE, P.J. **Uma revolução no cotidiano? Os novos movimentos sociais na América do Sul**. São Paulo, Brasiliense, 1987.
- _____. "O caráter dos novos movimentos sociais" in: SCHERER-WARREN, I. & KRISCHKE, P.J. **Uma revolução no cotidiano? Os novos movimentos sociais na América do Sul**. São Paulo, Brasiliense, 1987.
- SPVS. **Práticas para o sucesso de ONGs ambientalistas**. UNIBANCO/THE NATURE CONSERVANCY/SPVS. Curitiba. 1997.
- SWIDLER, A. "Cultural power and social movements" in: JOHNSON, H. & KLANDERMANS, B. (ed.). *Culture and social movements*. Minneapolis. University of Minnesota Press, 1996.
- TELLES, V.S. "Movimentos sociais: reflexões sobre a experiência dos anos 70" in: SCHERER-WARREN, I. & KRISCHKE, P.J. **Uma revolução no cotidiano? Os novos movimentos sociais na América do Sul**. São Paulo, Brasiliense, 1987.
- TOURAINE, A. **The voice and the eye: an analysis of social movements**. Cambridge, Cambridge University Press., 1981.
- _____. "An introduction to the study of social movements". *Social Research*. 52(4):749-87, 1995.
- _____. **Palavra e sangue**, Campinas, Ed. Unicamp, 1989.
- _____. "Sociedade civil, direitos e espaço público". *Polis*. São Paulo, Publicações Polis., 1994.

- _____. **O que é a democracia**. Rio de Janeiro, Vozes, 1996.
- _____. **Crítica da modernidade**, Rio de Janeiro, Ed. Vozes, 1997.
- TREVISOL, J.V. PREINCEN & FINGER. **Environmental NGO's in world politics. Linking the local and the global**, 1996, Resenha. *Ambiente & Sociedade*. Vol.1. no. 2, 1998.
- VIOLA, E. "O movimento ecológico no Brasil (1974-86): do ambientalismo à ecopolítica". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. 1(3). São Paulo, 1987.
- _____. & BOEIRA, S. "A emergência do ambientalismo complexo-multissetorial no Brasil nos anos 80" in **Universidade e sociedade face à política ambiental brasileira**. Brasília, IBAMA., 1990.
- _____. "A expansão do ambientalismo multissetorial e a globalização da ordem mundial". XVI Encontro Anual da ANPOCS. Caxambu, 1992a.
- _____. "A dinâmica do ambientalismo e o processo de globalização". *São Paulo em Perspectiva*. 6(1). São Paulo, 1992b.
- _____. & LEIS, H. "Desordem global da biosfera e a nova ordem internacional: o papel organizador do ecologismo in: LEIS, H. (org). **Ecologia e política mundial**. Vozes/Fase/Airi. Rio de Janeiro, 1990.
- _____. "A evolução das políticas ambientais no Brasil, 1971-1991". In: HOGAN, D. & FREIRE, P. (orgs.) **Dilemas socioambientais e desenvolvimento sustentável**. Campinas, Ed. Unicamp, 1992.

NOTAS

* Lúcia da Costa Ferreira é doutora em Ciências Sociais, pesquisadora do NEPAM/UNICAMP e co-editora da revista *Ambiente e Sociedade*.

¹ Sobre Mathias Finger ver a resenha de TREVISOL (1998).

² Para os teóricos da mobilização de recursos, os movimentos sociais são ações planejadas com a finalidade de produzir e orientar um tipo determinado de sentimento coletivo de descontentamento, pressuposto básico para que estes consigam realizar suas metas (MacCARTHY & ZALD, 1977). Segundo ALEXANDER (1998:08), além disso, "as organizações só se tornam poderosas se houver disponibilidade de recursos" e essas condições externas de ação são os determinantes da força de qualquer mobilização. Para uma crítica da teoria da mobilização de recursos para a compreensão da ação ambientalista ver FINGER (1996).

³ Sobre a disseminação de ONGs ambientalistas ver também PRINCEN, *et al.* (1995).

⁴ Sobre as definições e características de cada uma dessas tendências ver FERREIRA (1996). Para uma discussão dos diferentes grupos que compõem o ambientalismo ver VIOLA (1992).

⁵ Sobre as divergências, especificidades e tendências do ambientalismo brasileiro ver especialmente: CRESPO (1996), HERCULANO (1995), FERREIRA (1996), VIOLA (1992a), LEIS & AMATO (1996).

⁶ Sobre a discussão sobre as semelhanças entre os conceitos ver MILTON (1996a: 8-36), especialmente o sub-ítem "Culture as process" do ítem "Anthropology, culture e environmentalism".

LÚCIA DA COSTA FERREIRA

Conflitos sociais contemporâneos: considerações sobre o ambientalismo brasileiro

Este ensaio se utiliza do instrumental analítico da teoria da ação sobre movimentos sociais e conflitos sociais contemporâneos, bem como de reflexões sobre ONGs, para esboçar um modelo explicativo que dê conta de aspectos relevantes do ambientalismo contemporâneo. Parte-se da hipótese de que a crise que afeta lideranças e militantes ambientalistas é provocada pela sua dificuldade de, por um lado, constituir-se como um único ator social portador de um projeto cultural de sociedade e, por outro, de desempenhar o duplo papel de ator social e agente político. A partir daí, propõe-se compreender a mudança provocada pela ação das ONGs ambientalistas em sua dimensão cotidiana. As ONGs desempenham papel predominante no profundo processo de aprendizado social que mobiliza categorias muito variadas de sujeitos e, também, no estabelecimento definitivo de um campo especificamente ambiental. Além do debate teórico nacional e internacional sobre o tema, essas considerações também se baseiam em observação direta do cotidiano de ambientalistas desde a CNUMAD-92.

Palavras-chave: conflitos sociais, ambientalismo, organizações não governamentais.

Contemporary Social Conflicts: Considerations on the Brazilian Environmentalism

This article makes use of the analytical tools of the Theory of Action regarding social movements and contemporary social conflicts, as well as reflections about NGOs, in order to outline a suitable explanatory model to understand relevant aspects of the contemporary environmentalism. The initial hypothesis is that the crisis experienced by leaders and militants is caused by a two-side difficulty: on one hand, its constitution as a unique social actor with a cultural project of society and, on the other hand, its double performance as a social actor and a political agent. From then on, our purpose is to understand the change caused by the social action of the environmental NGOs in its everyday dimension. The NGOs have an outstanding role in the deep process of social learning that mobilizes very different categories of social actors, as well as, in the final establishment of an environmental field. Besides the national and international theoretical debate on the subject, this article is also based on the direct observation of the environmentalists everyday action since the CNUMAD-92.

Keywords: social conflicts, environmentalism, non governmental organizations.

ALPINA BEGOSSI

Caiçaras, Caboclos e Recursos Naturais: regras e padrões de escala

Uma questão importante da sustentabilidade de populações locais ou nativas se refere à interação com as instituições locais e globais. Podemos esperar que populações que demonstrem capacidade de interagir de forma econômica e política com as instituições apresentem também uma chance maior de continuidade cultural e ecológica, assim como de seus sistemas de troca e subsistência. O nível da interação ecológica e social